

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**
9912271704-DR/PR
SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1260 - 26/05/2014 a 01/06/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



JUROS MAIS ALTOS DO PAP 2014/2015

MST

Ameaça à
Araupel

VIAGEM TÉCNICA

Os produtores na
costa Oeste dos EUA

AGF DO FEIJÃO

Paraná
boicotado?

Aos Leitores



Não há mais disfarces. Todos os movimentos políticos tem como alvo as eleições de outubro, quando os brasileiros mantêm ou renovam as Assembleias Legislativas, o Congresso e os governos estaduais e federal. Assim, como dizia aquele antigo cabo eleitoral, se reunir mais de dois, vira comício. Evidentemente as atenções se voltam para os movimentos de Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB), os principais candidatos à presidência da República.

Com o governo e sua máquina nas mãos, Dilma não perde oportunidade e no último dia 19, o alvo dela foi o agronegócio, com o lançamento do Plano Agropecuário (PAP) 2014/15. Efusiva em seu discurso, a presidente no rol de decisões, assinou também o aumento de juros da agricultura.

Essa e outras questões são analisadas pelo Departamento Técnico Econômico da FAEP a partir da pág. 12 desta edição.

Outra questão séria, mas que o governo federal se finge de morto é a insegurança jurídica. Há cerca de 2.500 sem-terra prontos para invadir uma área da empresa Araupel, em Rio Bonito do Iguacu. O MST já arrasou, em 1996, milhares de hectares com a então maior reserva de araucárias do planeta. Essa história é contada a partir da pág. 4.

Índice

Cadastro Ambiental Rural	03
MST	04
Ferrovia do Diabo	06
Viagem Técnica	08
PAP	12
Feijão	19
Copa do Mundo	20
Pimenta	22
Ágide Meneguette	26
Leitor em Foco	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Cynthia Calderon, Divulgação e Arquivo FAEP.

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Rumo ao CAR

FAEP habilita o primeiro grupo de funcionários dos sindicatos

O primeiro grupo de 89 funcionários dos sindicatos rurais participou (de 19 a 21/05) de uma oficina promovida pela FAEP, destinado a uniformizar as informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os engenheiros agrônomos Carla Beck e José Hess, ambos especialistas em Meio Ambiente do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, coordenaram o encontro.

Ainda este mês, entre os dias 26 a 30 a oficina será ofertada para outras cinco turmas, em Curitiba. Na segunda quinzena de junho acontecerá também a capacitação com carga

horária de 16 horas para um grupo de 18 instrutores do SENAR-PR sobre o preenchimento do Programa do CAR. Esses profissionais já passaram por um primeiro treinamento de 24 horas sobre o CAR no ano passado.

Os funcionários e instrutores, assim, estarão treinados e habilitados a oferecer respostas às questões que os produtores poderão levantar sobre o CAR e sua inserção no Programa a ele destinado. O prazo estipulado para a formalização obrigatória dessas exigências é de um ano, a partir do último dia 6 de maio.



MST ameaça com caos ambiental e desemprego

Movimento concentra sem-terras em área da Araupel, que já ocupou e destruiu em 1996, ameaçando invasão de 31 mil hectares



Há 18 anos, foi realizada a invasão de terras da fazenda Giacomet Marondin, atual Araupel, a maior da América Latina. Foi destruída a maior reserva de araucárias do planeta. Passadas quase três décadas, segundo o site do MST, isso não bastou. “As terras conquistadas naquela época já não dão conta de garantir o sustento de todos com a expansão do núcleo familiar”, afirma.

Agora, de todos os cantos do país, o Movimento deslocou cerca de 2.500 sem-terras que estão acampados no Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguacu, centro do estado. Estão prontos para invadir uma grande área de domínio da empresa Araupel.

Como fosse a coisa mais natural possível, sem-terras

autodenominados líderes, afirmam que esperam alcançar a concentração de 3.000 pessoas para, então, promoverem o chamado “esbulho possessório” ou em português claro, a invasão de aproximadamente 31.000 hectares.

A ocupação de um novo espaço no Paraná faz parte das chamadas “grandes ocupações” programadas pelo MST e foi decidida no 6.º Congresso Nacional do movimento, realizado em fevereiro. A área visada está coberta por reflorestamentos que fornecem a matéria-prima para a indústria madeireira ali instalada; compõem a área maciços de matas nativas primárias, com forte presença de araucárias, formando a preservação ambiental necessária.

Em 1996, como lembra o site do MST, cerca de 27.000

hectares foi sendo invadido progressivamente, dando origem aos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves do Santos.

Desses assentamentos, depois de quase duas décadas, pouco se sabe de suas produções agropecuárias e do progresso social dos assentados por conta de resultados produtivos. Sabe-se, isto sim, que as terras foram expropriadas pelo governo federal, e a nenhum assentado foi outorgado o título definitivo de domínio de seu lote; ou seja, os assentados têm, na realidade, apenas a cessão de uso das terras que deveriam ser suas.

Sabe-se, também, que no período 1996 – 2005, segundo levantamento realizado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), da Universidade Federal do Paraná, os invasores/assentados promoveram um dos maiores crimes ambientais já vistos no Paraná: nos 27.000 hectares dos assentamentos foram dizimados 12.427,3 hectares de matas nativas, mediante derrubadas e fogo descontrolado, ocasionando a consequente destruição da fauna que ali existia.

Tudo ocorreu sob olhares complacentes dos então dirigentes do Incra, dono da terra, Ibama e IAP e dos responsáveis pelo Ministério Público, em que pese os alertas dos técnicos destes órgãos e as denúncias pontuais e públicas feitas pela FAEP.

Devastação e desemprego

Diante desses fatos, é possível antever que no município de Rio Bonito do Iguaçu ter-se-á a “reedição de um crime ambiental”, o qual desta vez ocasionará não só a devastação da mata nativa e dos reflorestamentos, mas também determinará problemas na produção industrial da Araúpel afetando, na região, mais de 2.000 empregos diretos e indiretos ligados ao processo produtivo.

A ilegalidade da invasão e suas consequências tem que ser evitadas. Procurar coibi-las pela força ou, então, se efetivada a invasão, promover a retirada dos invasores mediante liminar de reintegração de posse, com o devido emprego da Polícia Militar, é ver eclodir uma verdadeira batalha de consequências sociais inaceitáveis.

“A intenção de efetivar a ilegalidade da invasão está descaradamente anunciada. Portanto, se os órgãos responsáveis pela política de preservação ambiental, pelo ordenamento legal da reforma agrária e pela segurança no cumprimento das leis não intervirem preventivamente, estará dada a “senha” permissiva para a consumação da invasão e da repetição da devastação criminosas das florestas”, alerta a FAEP.

Vale repetir: se não coibida a invasão, os danos que virão a ser novamente causados ao equilíbrio ecológico regional serão incalculáveis e irrecuperáveis, por conta de novos desmatamentos desenfreados e de queimadas incontroladas, bem como pela destruição de espécies representativas da fauna.

Além disso, a possível ocupação da área da Araúpel causará prejuízos econômicos e desemprego em Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, cidade vizinha. É que a empresa está instalada na cidade, onde gera 1.050 empregos diretos e praticamente o mesmo

número de indiretos. Anualmente, a Araúpel injeta na economia local R\$ 50 milhões mensais com pagamentos de salários e fornecedores.

“Se houver uma invasão e inviabilizar a empresa, será o caos. Vai afetar 50% da economia da cidade”, diz Reni Femande Felipe, presidente da Associação Comercial e Industrial de Quedas do Iguaçu (Aciqui). Ele defende que os órgãos ligados à reforma agrária busquem alternativas para melhorar a qualidade de vida dos moradores de assentamentos e evitar novas ocupações.

“A invasão anunciada, significa o deboche e a agressão ao Estado de Direito e a institucionalização como prática válida para a ação daqueles que se denominam sem-terras, tudo sob permissividade do Poder Público”, acrescenta a FAEP.



Cadê o governo federal?

O assessor especial de Assuntos Fundiários do Governo do Paraná, Hamilton Serighelli, esteve na terça-feira (20) no assentamento Ireno Alves, e reforçou a necessidade da União acelerar as desapropriações para assentar agricultores. “Há uma concentração de esforços do governo estadual, do Judiciário e do movimento para resolver a questão da reforma agrária no Paraná. É preciso ter a mesma dedicação por parte do governo federal”, destacou Serighelli durante reunião com representante do Incra e o prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, Irio de Rosso.

“O Governo do Paraná trata as questões da terra com diálogo, na mesa de negociação. Nos últimos três anos, não tivemos nenhum conflito”, afirma Serighelli, ressaltando que “a criação de novos assentamentos é responsabilidade federal”.

A FERROVIA DO DIABO



Quando estatizou as refinarias da Petrobras, em 2006, e o governo brasileiro se calou, e o presidente da Bolívia, Evo Morales declarou: “Lamento muito que o Acre foi comprado em troca de um cavalo”. Não foi bem assim.

No fim de 1903, o barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, fechou um acordo em Petrópolis (RJ) com o governo boliviano. O Brasil se comprometeu a pagar 2 milhões de libras esterlinas pelo Acre e construir uma ferrovia para que os bolivianos tivessem acesso ao rio Amazonas e, assim, ao oceano Atlântico. Tratava-se da ferrovia Madeira-Mamoré, que envolveu 22 mil operários – calcula-se que seis mil operários morreram na construção.

A construção da ferrovia ficou a cargo da norte-americana May, Jeckyll & Randolph, que constitui a Madeira-Mamoré Railway Company. Gente de toda parte foi trabalhar na obra: árabes, russos, alemães, espanhóis e cubanos. Embarcações inteiras com material de trabalho foram tragadas pela fúria das correntezas dos rios Madeira e Mamoré, o terreno hostil empurrou locomotivas para o abismo

e milhares de trabalhadores acabaram derrubados ou mortos pelo mosquito da malária. Recebeu o nome de Ferrovia do Diabo e dizia-se que para cada dormente aplicado uma vida tinha sido perdida.

Com 366 quilômetros de extensão entre Porto Velho e Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, a ferrovia foi a primeira obra de engenharia norte-americana construída fora dos Estados Unidos. Sua principal finalidade era a de transportar a borracha produzida em Rondônia e, principalmente, na Bolívia para a Europa e para os Estados Unidos. Também eram transportados produtos como juta, madeira e até peles de animais.

Os últimos metros de trilho foram assentados em abril de 1912. O presidente americano Roosevelt afirmou que “as duas maiores obras realizadas na América são o Canal do Panamá e a Madeira-Mamoré.” Sua construção deu origem a cidades como Porto Velho, a capital de Rondônia, criada e planejada pelo inglês Percival Farquhar.

O dinheiro da obra, vindo de bancos europeus, foi gasto em vão. Enquanto os acreanos e outros brasileiros buscavam

seringueiras pela floresta, seringais mais densos cresciam na Ásia. Eram fruto de 70 mil sementes que o inglês Henry Wickham tinha apanhado no Brasil em 1876. No Sri Lanka (Ceilão), depois na Malásia, as árvores foram plantadas uma do lado da outra, criando um sistema muito mais rentável que o do extrativismo de árvores distantes da Amazônia.

Em 1931, a ferrovia passou para o governo brasileiro. Em 1966, foi desativada no governo militar de Castelo Branco. Depois, a Maria Fumaça ainda fazia passeios curtos pela rodovia. Mas desde 2000 está totalmente desativada. O ex-funcionário Lord Brown era foguista. A máquina 18 foi a última a fazer o percurso Porto Velho/Guajará-Mirim. Eram dois dias de viagem.

O sonho de cruzar aquele pedaço da Amazônia sobre trilhos hoje enferruja na mata e se resume ao pátio ferroviário no centro de Porto Velho, que abriga um museu, galpões, oficina, estações e locomotivas, e quase foi submerso nas recentes cheias do rio Madeira.

O sonho amazônico da Fordlândia



A história de Fordlândia começou em 1927, quando Henry Ford adquiriu um terreno de quase 15.000 km² às margens do Rio Tapajós, no Pará. Ele começara a fabricação de automóveis em série e precisava desesperadamente de borracha. Anos antes, o departamento de comércio dos EUA haviam feito um estudo de viabilidade de cultivo de seringueiras na Amazônia brasileira. Sabendo disso o produtor rural Jorge Dumont Villares, conseguiu com o governador paraense Dionísio Bentes a concessão de uma grande porção de terra para cultivar seringueiras. Tudo de graça. Quando soube que Henry Ford procurava uma região para sua cidade no Brasil, Villares ofereceu suas terras a ele por um valor equivalente a quase R\$ 3 milhões atualmente.

No ano seguinte Henry Ford enviou suprimentos e funcionários para criar uma típica cidade americana no local. Em pouco tempo a cidade ficou pronta, com escolas, eletricidade, saneamento, clube social/recreativo e um hospital. O empreendimento tinha tudo

para dar certo, salvo por dois graves problemas. O ciclo da borracha no Brasil viveu seu auge entre 1879 e 1912 — quinze anos antes da compra da área por Ford, e entrou em declínio.

Para deixar a situação ainda pior, Ford tentou impor a cultura americana de trabalho aos brasileiros, fornecendo uma alimentação tipicamente norte-americana, casas americanas, e os obrigava a usar crachás e a trabalhar sob um modelo ao qual não estavam habituados. Isso causou a insatisfação dos funcionários, que resultou em baixa produtividade e conflitos. O mais marcante deles aconteceu em 1930, quando os funcionários se revoltaram contra a dieta americana, que incluía espinafre e até hamburques. Queriam feijão, arroz, peixe e farinha.

Os americanos não tinham conhecimento prático algum em botânica e, além de não conseguirem prever o fungo do mal-das-folhas, as seringueiras eram plantadas muito próximas entre si, o que as tornava um alvo fácil para pragas, que dizimaram as plantações. A Ford ainda tentou realocar as plantações em Belterra, onde foi construída uma segunda cidade, mas em 1945, com o surgimento da borracha sintética — feita com derivados de petróleo — o empreendimento já não havia mais razão de existir e foi cancelado pelo presidente da companhia, Henry Ford I

O governo brasileiro indenizou a Ford em aproximadamente US\$ 250.000, e ainda assumiu as dívidas trabalhistas com os trabalhadores. Em troca, recebeu seis escolas (quatro em Belterra e duas em Fordlândia); dois hospitais; estações de captação d'água e energia, e outras benfeitorias, além de 1.900.000 seringueiras em Fordlândia e 3.200.000 em Belterra. As ruínas ainda lá se encontram e estão sendo dilapidadas.



EUA: Muita produtividade, pouca mão de obra

A visita dos produtores paranaenses ao Meio Oeste americano

Por Cynthia Calderon



Foram nove dias pelo Meio Oeste americano passando pelos Estados Illinois, Missouri e Iowa, visitando principalmente propriedades familiares que produzem milho, soja e gado. A passagem por propriedades rurais e centros de pesquisas tiveram alguns diferenciais que chamaram a atenção dos produtores paranaenses.

A agricultura de precisão é um fato; equipamentos com tecnologia de ponta e de grande capacidade. A alta produtividade com o baixo índice de população no campo, apenas 1%, é resultado de um intenso processo de mecanização do setor agrícola.

Apesar da maioria dos produtores rurais terem silos para armazenagem da produção, eles preferem utilizar o espaço da cooperativa para a armazenagem. A cooperativa faz o processo de comercialização e industrialização, assim como nas usinas de etanol.

O produtor americano se preocupa muito com a comercialização e gestão da propriedade. Na produção eles recebem apoio, normalmente das cooperativas, que ajudam na aplicação de

insumos e defensivos agrícolas, com destaque para a aplicação de fertilizantes líquidos. Eles têm uma relação de confiança com a assistência técnica, deixando a encargo do técnico o diagnóstico do problema e a sua solução. Em função do clima, a presença de pragas e doenças é reduzida. O inverno rigoroso (menos 39 graus em 2013) impede sua proliferação.

Todas as propriedades visitadas dispõem de um complexo sistema de drenagem. Composto por tubos de PVC perfurados dispostos de acordo com o declive e teor de argila das propriedades. Instalados a uma profundidade 90 cm aproximadamente, abaixo da camada que congela no inverno que é em torno de 70 cm. A distância geralmente é de 50 a 80 metros com comprimentos variáveis de acordo com a localização do canal receptor de água. Toda a água drenada é levada para um canal menor, deste para um canal maior, depois para um rio com destino final para o rio Mississippi, o maior da região.

“A região do Vale do Mississipi, é um pântano drenado. É muito interessante esse sistema. Olhando as lavouras é imperceptível”, comenta Lindalvo José Teixeira, presidente do Sindicato Rural de Marialva.

O custo médio da terra está em torno de US\$ 25 mil (cerca de R\$ 55.000,00) o hectare. Em função do êxodo rural e falta de mão de obra no campo, é raro o aparecimento de um lote para venda e mais raro ainda a sua compra.

“Existe também um valor sentimental da propriedade em memória dos antepassados”, observa o presidente do Sindicato de Realeza, Antonio Binotto.

O que chama a atenção é que a maioria das propriedades são arrendadas podendo passar por várias gerações de uma mesma família explorando a mesma área arrendada.

Outro fato importante é que os proprietários maiores estão arrendando as terras dos menores que vão para a cidade em busca de empregos com menos produtores.

A troca de experiência entre o grupo de produtores rurais também foi algo produtivo. De diferentes regiões do estado, durante os 15 dias de viagem, eles tiveram a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos e a maneira como lidam com a propriedade e com a representação sindical. A presença de grandes centros de pesquisa voltados para a agricultura permitem o desenvolvimento das melhores sementes e mudas.

“A visita à Dow AgroScience foi muito interessante, não imaginava que fosse essa potência com um faturamento de US\$ 7 bilhões ao ano e investe 10% em pesquisa. Isso nos dá uma confiança de que as multinacionais, apesar do poder econômico,

estão pensando nas atividades agrícolas, inclusive com uma área específica para estudos das doenças que atingem as lavouras brasileiras, com atenção especial a ferrugem na soja”, diz o presidente do Sindicato Rural de Terra Boa, Valdomiro Peres Jr.

“Eles tem a tecnologia dos alimentos e de medicamentos, o que nos deixa na mão deles, mas se não tivesse essas empresas o que seria da nossa produção?”, complementa Binotto.

O ROTEIRO

A Monsanto de olho no Brasil e Argentina

Na Monsanto, os produtores paranaenses tiveram a oportunidade de ver os laboratórios, estufas e as novas tecnologias utilizadas para o desenvolvimento de novas soluções. Entre elas equipamentos para análise mais rápida de sequenciamento genético, a forma como a proteína BT da Intacta RR2PRO funciona dentro da planta e um tour pelos laboratórios de controle de pragas. A Smart StarX é a única solução com oito tipos de proteção desenvolvida em parceria com a Dow, são dois herbicidas para controlar, três pragas acima do solo e três abaixo do solo.

A Monsanto é a provedora líder em soluções globais baseadas na tecnologia e produtos agrícolas que melhoram a produtividade da fazenda e a qualidade do alimento.

Em 2013, a empresa investiu US\$ 1,6 bilhões em pesquisas. No mercado internacional o Brasil e Argentina respondem juntos por 80% do consumo, perdendo apenas para os E.U.A.





Rund Farms e culturas adicionais

Na Rund Farms, Eric Rund produz culturas de valor adicional com aproximadamente 10% sobre o cultivo convencional numa área de 278 hectares. São 160 hectares destinados ao milho para consumo humano, 100 hectares produção de semente de soja para Pioneer e 18 hectares com cultivo de miscanthus (uma gramínea perene) – produto destinado à biomassa, considerada por Rund como sua “terceira safra”.

Na última safra tanto a soja quanto o milho apresentaram resultados operacionais negativos, apenas o Miscanthus foi positivo. Rund tem 65 anos e já viajou bastante, tendo inclusive visitado varias vezes o Brasil. Sua concepção de agricultura sustentável é traduzida em: “trabalhar a terra como se você pegasse emprestado de seus filhos”.

Premier Cooperative: frete barato

A Premier Cooperative, em Champaign, tem 24 entrepostos e em torno de 4 mil associados. Comercializa e beneficia grãos de milho e soja num total de 400 mil toneladas. Sendo que 65% não transgênicos e 35% transgênicos, a opção da variedade é do produtor.

Na produção da soja convencional o produtor recebe US\$ 5 a mais por saca. A comercialização é feita por cada um dos

entrepostos individualmente. Eles também tem uma unidade de fertilizantes, participação em uma empresa de insumos e em uma usina de etanol.

Noventa por cento do transporte é realizado por ferrovia e 10% por rodovia. Os valores dos fretes: ferroviário, US\$ 0,90 por saca de 60 quilos (distância máxima percorrida até o Porto do Golfo do México é de 1,3 mil km); rodovia, US\$ 2,50 por saca de 60 quilos; barçaça, US\$ 1,25 por saca de 60 quilos.

“Pequeno produtor de 600 hectares”

Os produtores Richard e Linda Parnell são associados da Premier Cooperative. O total de área própria e arrendada é de 600 hectares, onde produzem soja transgênica e milho, considerado como um pequeno produtor. A preferência pela transgênica é em função de ter mais pesquisa e suporte técnico.

O casal reside e cuida da propriedade, sendo que eles mesmos realizam aplicação de fertilizantes e defensivos, diferente da maioria dos produtores da região. A contratação de mão de obra temporária é de 200 horas/ano, num valor de US\$ 16,50 / hora. Dispondo de uma grande quantidade de maquinários de última geração e alta capacidade fazendo uso da agricultura de precisão, numa propriedade bem organizada.



Dow AgroScience: fábrica de solos

O Brasil tem sido um dos principais mercados da Dow AgroScience pelo seu potencial de crescimento. Tanto que a empresa investiu US\$ 100 milhões em 2013 em pesquisas, novos negócios, novas plantas e melhoramento de todos os laboratórios.

A importância da soja e do milho brasileiro levou a empresa a ter uma parte de uma estufa com ensaios para testar novos fungicidas contra a ferrugem na soja.

A maior parte, em torno de 50% do investimento, para a produção de sementes, é voltada para o Brasil.

Mozart Fogaça recebeu o grupo de brasileiros e explicou que uma nova solução leva em torno de 10 anos para ser colocada no mercado - um investimento que pode chegar em torno de US\$ 200 milhões. Um investimento alto para ficar retido pela morosidade burocrática brasileira, em que se aguarda até sete anos pela aprovação da Anvisa.

Na área visitada pelos produtores paranaenses há uma fábrica de solos onde é possível reproduzir amostras das principais regiões agrícolas do mundo. Eles também têm estufas para produção

de plantas de qualquer tipo de clima do mundo durante o ano todo.

A empresa atua em 130 países, tem 55 mil funcionários, sendo 1,5 mil Ph.D, e faturamento de US\$ 7 bilhões, sendo que 10% são investidos em pesquisas. O centro visitado ocupa uma área de 77 hectares e as pesquisas estão baseadas na biotecnologia e cerca de 50% nos químicos.

A parceria da Dow com a Monsanto numa série de tecnologias, permite a maior biblioteca de biotecnologias com tecnologias que serão lançadas até 2025, capazes de suprir, segundo Fogaça, a necessidade das maiores culturas: soja e milho.

Bolsa de Mercadorias de Chicago

A Chicago Board of Trade opera há 160 anos com dois bilhões de operações ao ano movimentando US\$ 1 quadrilhão ao ano. Os produtores rurais paranaenses visitaram o piso de operações agrícolas onde são negociados grãos e oleaginosas.

A CME Group gerencia risco no mercado global e ajuda a fixar preço futuro. É a empresa mais complexa do mundo.



Dilma anuncia PAP 2014/15 com aumento de juros

O governo federal aumentou os juros do crédito rural de 5,5% para 6,5% durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário



Todos os movimentos públicos da presidente Dilma Rousseff estão voltados para a campanha eleitoral. Não foi diferente no último dia 19, quando ela anunciou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2014/15, num discurso de ataques à oposição, mas amaciando a novidade de que assinou – dentro do conjunto de medidas, a principal: o aumento das taxas de juros aos produtores rurais e às cooperativas.

A taxa de juros média do plano ficou acima da taxa média da safra passada e da anterior. Enquanto nos dois últimos planos a taxa ficou em 5,5%, para a safra 2014/2015, essa taxa de juros será de 6,5%.

Essenciais para a competitividade dos produtores, o aumento dos juros vai na contramão do desenvolvimento econômico

do país. O motivo são as condições de desigualdade com os principais países produtores de alimentos detentores de sólidas políticas agrícolas e infraestruturas e logísticas incomparavelmente melhores do que as que o Brasil dispõe.

A elevação dos juros serão acrescidos aos custos de produção já onerados pelo escoamento inadequado e pela inflação incidente sobre os insumos básicos.

Os agricultores terão disponíveis R\$ 156,1 bilhões em financiamentos e esse aumento da taxa de juros terá um impacto estimado de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 800 milhões no custeio durante a safra e nas linhas de investimento em R\$ 240 milhões/safra (ou R\$ 1,2 bilhão durante as próximas cinco safras, período padrão

de um contrato de investimento), onerando diretamente os custos de produção.

É bom lembrar que o produtor rural sempre responde aos estímulos e desestímulos rapidamente. Quando o governo federal reduziu os juros em 2013, o volume de recursos de crédito rural oficial para a agricultura empresarial e do Pronaf registrava, até março de 2014, aumento de 36% em relação à safra anterior, com liberação de R\$ 132 bilhões em financiamentos, que contribuíram para alavancar o agronegócio brasileiro na conquista de novos mercados internacionais e no abastecimento do mercado interno.

Tanto que em 2013, o saldo do comércio exterior do agronegócio foi positivo em US\$ 82,91 bilhões e manteve a balança comercial brasileira com superávit (exportações menos importações) de US\$ 2,56 bilhões, apesar de outros setores da economia apresentarem uma deterioração muito acentuada nas exportações. Ou seja, não fosse o agronegócio, a balança comercial do país teria fechado negativa em US\$ 80,35 bilhões.

Numa matemática de período eleitoral, a presidente afirmou que “Se a gente considera que somos 200 milhões de habitantes, seria uma tonelada por habitante, o que mostra a pujança do país, 70% acima do que era há uma década”, disse.

A aritmética é outra, porque a produção (que será de 191 milhões de toneladas, segundo a Conab, e não 200 milhões) é resultado do trabalho em apenas pouco mais de 5 milhões de propriedades onde trabalham 17% da população (32 milhões de pessoas) como a presidente poderá constatar quando o Cadastro Ambiental Rural (CAR) se completar.

Plano Agrícola não resolve os problemas crônicos da política agrícola brasileira

O Plano Agrícola e Pecuário PAP 2014/15, divulgado (19/05), pode ser mais um capítulo de promessas de melhorias, que nem sempre são cumpridas na prática. Os constantes contingenciamentos de recursos dos ministérios, especialmente na Agricultura, têm colocado o setor produtivo diante de enormes dificuldades no acesso às ferramentas da política agrícola. Entre elas:

1. Falta de efetividade no apoio à comercialização por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), pois o governo não atua oportunamente, como mais recentemente no caso do feijão e em outros anos com o trigo. Ou atua tardiamente, levando principalmente os pequenos e médios produtores a amargarem prejuízos e desestimulando o plantio de determinadas culturas nas safras seguintes. Portanto, é o descaso do governo nesse caso que contribui com a inflação de alimentos no médio prazo;

2. Os preços mínimos de milho, trigo, feijão e arroz não representam o custo de produção do produtor medido pela Conab, órgão do próprio governo federal. A consequência é a falta de credibilidade nos instrumentos da PGPM, que não cumpre seu papel fundamental de cobrir, no mínimo, o custo de produção, como preconiza a diretriz dessa política agrícola;



3. Permanência da excessiva burocracia para acesso ao crédito, com consideráveis custos cartoriais, bancários e de perdas de oportunidade, devido à falta de reforma da legislação do crédito rural (legislação de 1965) e de um sistema rotativo e simplificado de financiamentos do custeio. Além disso, constantes reclamações de produtores sobre a prática ilegal de venda casada nas instituições financeiras. Ou seja, a venda de produtos ou serviços vinculando-os aos contratos de crédito rural e onerando as operações;

4. Falta de recursos no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Em 2013, da área agrícola do país de 69,2 milhões de hectares, somente 13,8% tinha cobertura do seguro - 65.556 produtores numa área de 9,6 milhões de hectares. O PSR foi orçado em apenas R\$ 400 milhões na Lei Orçamentária Anual de 2014, mas com promessa do governo federal de R\$ 700 milhões, apesar de saber que a demanda é de R\$ 1,2 bilhão. O seguro deveria auxiliar o produtor na contratação de seguros, reduzindo riscos de inadimplência no financiamento das safras. Já se sabe que haverá falta de recursos no segundo semestre de 2014, e há necessidade de aprovação de crédito suplementar no Congresso Nacional. Se isso não for realizado oportunamente, corre-se o perigo dos produtores rurais não conseguirem contratar o seguro agrícola para a soja;

5. Não há regulamentação da Lei Complementar Nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural. O Fundo de Catástrofe, como ficou conhecido, viria para substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), de 1966. Proposto pelo setor produtivo em 2005, a Lei foi aprovada em 2010,

mas não foi regulamentada e implantada pelo governo federal desde então, que parece aguardar o pior acontecer para tomar uma medida;

6. Ausência de estudos para atualização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), devido a não contratação pelo Ministério da Agricultura de empresa para essa finalidade. O Zarc estagnou em 44 culturas e há mais de um ano as portarias apenas repetem as condições de zoneamento das safras anteriores, com pequenas correções. Há demandas de estudos de zoneamento em diversas regiões em que os produtores estão plantando novas cultivares, mas não podem acessar crédito, seguro ou Proagro;

7. Falhas de gestão do Proagro, com necessidade de aperfeiçoamentos de regras que não atendem mais as necessidades dos produtores (há mais de 10 pedidos de mudanças de regras paradas no governo federal há mais de um ano, sem sequer análise). Acrescente-se a falta de funcionários para acelerar a análise de processos na Comissão Especial de Recursos (CER), ultrapassando os 120 dias determinados nas normativas do programa para o pagamento de indenizações dos sinistros, enquanto que os financiamentos desses produtores ficam prorrogados nos bancos.

Todos esses problemas demonstram que há uma falta de articulação entre os ministérios e que o governo federal coloca a agricultura num espectro menor de suas prioridades, não dando a devida importância que o setor merece. Agrupado em todas as suas dimensões: fornecimento de insumos agropecuários, atividades agropecuárias propriamente ditas e as atividades industriais e de distribuição, o agronegócio é o maior setor econômico do país: movimenta 41% das exportações totais, representa 22% do PIB e gera 37% dos empregos.



A análise do PAP 2014/2015

A avaliação do Departamento Técnico Econômico da FAEP sobre o PAP 2014/2015

A FAEP em conjunto com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab) e com apoio dos sindicatos rurais, produtores e técnicos, enviou ao Mapa um documento com mais de 100 propostas ao PAP. O setor produtivo não esperava o aumento das taxas de juros, o que deve contribuir para elevação dos custos de produção no campo.

Veja a seguir as principais medidas e a avaliação da FAEP:

A taxa média de juros anual teve aumento de um ponto percentual, passando de 5,5% ao ano para 6,5% ao ano.

A medida desagradou o setor produtivo, pois o crédito rural com taxas de juros acessíveis vem sendo eficaz e induz maior uso de tecnologia no campo, aumentos de produtividade e de práticas sustentáveis, contribuindo para minimizar os desafios do agronegócio, como a ineficiência na infraestrutura e logística.

Além disso, o governo não lançou nenhuma medida para ampliar o crédito rural rotativo e simplificado. Apesar do aumento no volume de recursos, o maior problema enfrentado pelos agricultores continua sendo a burocracia e demora excessiva na concessão dos recursos.

Programas

No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), a taxa de juros que era de 4,5% aumentou para 5,5%. O limite de crédito por produtor passou de R\$ 600 mil para R\$ 660 mil no custeio e de R\$ 350 para R\$ 385 mil no investimento. O volume de recursos para esta linha foi ampliado em 26,5% passando de R\$ 13,2 para R\$ 16,7 bilhões.

No Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) havia a expectativa de que houvesse uma redução na taxa de juros, para incentivar o investimento do médio produtor, no entanto houve aumento, passando de 3,5% para 4% ao ano. O mesmo ocorreu para o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) e Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) na agricultura irrigada.

A FAEP havia solicitado juros menores e aumento de prazo para pagamento no programa de construção de armazéns para os médios produtores, considerando que os produtores do Pronaf têm condições que tornam viável o acesso à construção de armazéns, mas o governo preferiu aumentar os juros e manteve os prazos dessa linha.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) foi revitalizado, com redução da taxa de juros de 5,5% para 4,5% ao ano. Na prática o programa passa a ter as mesmas condições de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) que deve terminar em dezembro deste ano. A FAEP solicitou que o PSI fosse perene, considerando que o programa tem validade até dezembro de 2014. Com a revitalização do Moderfrota será importante monitorar se nos próximos anos o governo não vai aumentar a taxa de juros desse programa.

No Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) a taxa de juros que era de 5,0% ao ano passou para 4,5% ao ano para produtores com renda bruta de até R\$ 1,6 milhão. Para produtores com renda superior a R\$ 1,6 milhão a taxa de juros ficou em 5,0% ao ano.

No Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova) Rural e Industrial a taxa de juros na safra passada havia sido reduzida para 5,5% ao ano, estimulando a renovação e implantação de canaviais, permitindo assim reverter o quadro de perda de produtividade. Porém, para a próxima safra 2014/15 a taxa de juros será pós-fixada e composta da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 2,7% ao ano, que representa hoje uma taxa de 7,7%.



Seguro Rural

Também no lançamento do PAP o governo divulgou que será mantido o orçamento para o Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural (PSR) em R\$ 700 milhões, embora conste na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 apenas R\$ 400 milhões, sendo necessário aprovar recursos suplementares junto ao Congresso Nacional.

Essa situação já foi vista em 2013, quando havia também

apenas R\$400 milhões na LOA, que foram suplementados em final de dezembro. Ao final, por demora do governo, apenas R\$ 557,8 milhões foram utilizados, valor R\$ 142,2 milhões abaixo dos R\$ 700 milhões prometidos.

E por conta dessa possibilidade de falta de recursos para seguro, o governo anunciou que a obrigatoriedade da contratação de seguro nas operações de custeio, que começaria a ser exigida a partir de julho de 2014, será postergada para julho de 2015.

PLANO SAFRA 2014/15

Condições de pagamento dos principais programas

CUSTEIO					
Programa	Recursos programados	Limite de crédito/beneficiário	Prazo máximo	Carência	Taxa anual de juros
Pronamp	R\$ 10,55 bilhões	R\$ 660 mil	2 anos	Não tem	5,50%
Outros	R\$ 101,45 bilhões	R\$ 1,1 milhão	2 anos	Não tem	6,50%
INVESTIMENTO					
Programa	Recursos programados	Limite de crédito/beneficiário	Prazo máximo	Carência	Taxa anual de juros
Pronamp	R\$ 6,34 bilhões	R\$ 385 mil	12 anos	2 anos	5,50%
ABC	R\$ 4,5 bilhões	R\$ 2 milhões ⁽¹⁾	15 anos	6 anos	4,5% ⁽²⁾ e 5% ⁽³⁾
Procap-Agro (<i>integralização de cotas partes</i>)	R\$ 500 milhões	R\$ 50 milhões	6 anos	2 anos	6,50%
Procap-Agro (<i>capital de giro</i>)	R\$ 2,55 bilhões	R\$ 60 milhões	2 anos	6 meses	8%
Prodecoop	R\$ 1,25 bilhão	R\$ 100 milhões	12 anos	3 anos	6,50%
PCA	R\$ 3,5 bilhões	Não tem	15 anos	3 anos	4%
Moderfrota	R\$ 3,5 bilhões	Não tem	8 anos	3 anos	4,5% ⁽⁴⁾ e 6% ⁽⁵⁾
PSI (<i>cerealistas</i>)	R\$ 1 bilhão	Não tem	15 anos	3 anos	5%
PSI (<i>rural</i>)	R\$ 4,5 bilhões	Não tem	10 anos	3 anos	4,5% ⁽⁴⁾ e 6% ⁽⁵⁾
Inovagro	R\$ 1,7 bilhão	R\$ 1 milhão	10 anos	3 anos	4%
Moderagro	R\$ 550 milhões	R\$ 800 mil	10 anos	3 anos	6,50%
Moderinfra (<i>agricultura irrigada</i>)	R\$ 300 milhões	R\$ 2 milhões	12 anos	3 anos	4%
Moderinfra (<i>modernização e reforma de armazéns</i>)	R\$ 250 milhões	R\$ 1,3 milhão	12 anos	3 anos	6,50%
ProRenova (<i>rural e industrial</i>)	R\$ 3 bilhões	Não tem	6 anos	18 meses	TJLP + 2,7%

(1) Limite para plantio comercial de florestas: R\$ 3 milhões / beneficiário |

(2) Produtores rurais com renda bruta anual até R\$ 1,6 milhões

(3) Produtores rurais com renda bruta anual acima de R\$ 1,6 milhões |

(4) Produtores rurais com renda bruta anual até R\$ 90 milhões

(5) Produtores com renda bruta acima de R\$ 90 milhões

Pecuária

No custeio pecuário será permitido na safra 2014/15 o financiamento para aquisição de animais para engorda em sistema de confinamento e será permitido o financiamento de retenção de matrizes, no âmbito dos recursos obrigatórios, de maneira a evitar o descarte precoce das mesmas e, conseqüentemente, o comprometimento da oferta de animais para abate a médio e longo prazo, com prazo de até 3 anos de pagamento.

O limite de financiamento de custeio, por produtor, foi ampliado em 10% passando de R\$ 1 para R\$ 1,1 milhão com taxa de juros de 6,5% ao ano. A FAEP havia solicitado limite de R\$ 1,2 milhão devido aos aumentos de custos de produção.



Florestas

Deverá ser instituída uma Política Nacional de Florestas Plantadas e criado um grupo de trabalho (GT) composto pelo Ministério da Agricultura, Fazenda e da Justiça para avaliar os custos de registros de contratos nos cartórios. A FAEP solicitou soluções para as vendas casadas em instituições financeiras, que poderiam ser objetivo de trabalho desse GT.

Maiores detalhes das linhas de crédito devem ser publicados nos próximos dias por meio de Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).



Comercialização

Para o apoio a comercialização será mantido na safra 2014/15 o mesmo orçamento da safra passada, de R\$ 5,6 bilhões. No entanto, o governo federal não tem atuado oportunamente com a PGPM, sendo que esse valor não é efetivamente utilizado. Em 2013, por exemplo, o governo utilizou R\$ 2,11 bilhões do orçamento. Em 2014, o Paraná precisa de apoio à comercialização para feijão. Outro problema na PGPM é a definição dos preços mínimos, que sempre estão defasados dos custos de produção da Conab.

Maiores detalhes dos preços mínimos na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) devem ser publicados em portarias do Mapa.



Comício do Plano-Safra

• O Estado de São Paulo (20.05.2014)

Em mais um comício patrocinado pelo governo, a presidente Dilma Rousseff aproveitou o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 para falar da contribuição do PT à criação de uma agricultura eficiente e competitiva, como se nada ou quase nada tivesse ocorrido nos 30 anos anteriores à chegada dos petistas ao poder.

A cômica versão dilmista do “nunca antes na história deste país” pode ter enganado algum cidadão patologicamente desinformado. Como outras patranhas petistas, é fácil de desmenti-la com dados oficiais de produção e produtividade. Se a intenção fosse apenas lançar mais um plano de apoio à produção, como se faz todo ano, a comparação com o governo tucano - de resto ingênuo e inepta - teria sido dispensável. A referência foi obviamente mais um lance eleitoral, mas a oradora havia sido mal instruída sobre temas como produção e produtividade.

A presidente mencionou “dificuldades” no início da gestão petista para “fazer uma política de crédito adequada”. Além disso, comparou a produção de grãos e oleaginosas no ano anterior à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - 96,8 milhões de toneladas em 40,2 milhões de hectares - com a estimada para este ano, 191,2 milhões em 56,4 milhões de hectares. “Tamanho crescimento da produtividade somente é possível com muita pesquisa e muito trabalho qualificado”, pontificou. Trabalho de quem: do governo petista?

Para falar sobre produção e eficiência a presidente deveria ter mobilizado mais informações. Isso teria servido para ilustrá-la um pouco mais e talvez poupá-la de algumas bobagens. Síntese dos fatos: A produção cresceu mais nos anos 90 que na década seguinte e mais neste segundo período que nas três safras de 2010/11 a 2013/14.

A transformação da agropecuária brasileira numa das mais eficientes e competitivas foi trabalho de décadas. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi fundada nos anos 70. Resultados de seu esforço começaram a tornar-se visíveis nos anos 80 e apareceram ainda mais claramente nos 90. Uma das consequências foi a redução do peso dos alimentos no orçamento familiar, fato logo registrado pelos institutos de pesquisa de preços.

Na safra 1990/91, o País Colheu 57,9 milhões de toneladas em 37,89 milhões de hectares. Em 2000/01, a produção chegou a 100,27 milhões

de toneladas, em 37,85 milhões de hectares. A produção cresceu, portanto, 73,17%, enquanto a terra cultivada diminuiu ligeiramente.

Entre as safras de 2000/01 e a de 2010/11, o total produzido aumentou 62,63%, para 162,8 milhões de toneladas, e a área ocupada cresceu 31,75%, para 49,87 milhões de hectares. A produção cresceu rapidamente, mas os ganhos de produtividade foram obviamente muito mais lentos. A safra 2013/2014 está estimada em 191,2 milhões de toneladas (mais 17,44%). A área usada passou a 56,4 milhões de hectares (aumento de 13,09%). A produção por hectare expandiu-se em média pouco menos que 1,2% ao ano nesse período. No decênio anterior, a taxa média havia sido de 2,1%.

Não cabe discutir agora se a presidente Dilma Rousseff distorceu os fatos intencionalmente ou, como ocorre com frequência, por mera ignorância. De toda forma, se ela de fato estivesse interessada em contar a história tal como se passou, teria de mencionar o esforço do presidente Lula para aparelhar a Embrapa para permitir a reorientação ideológica de seu programa de pesquisas. Teria citado o apoio a invasores de terras e a insegurança criada entre os produtores rurais por erros políticos dos governos petistas.

Teria lembrado também os longos anos sem investimento em logística (o PT está no poder desde 2003) e os enormes problemas dos exportadores, nos últimos anos, para embarcar seus produtos. Era objetivo da presidente, sabia-se desde antes do discurso, conquistar o apoio eleitoral dos empresários do agronegócio.

Por segurança, cuidou também dos interesses da indústria automobilística, anunciando a renovação de crédito especial para equipamentos. Esse tipo de apoio à modernização agrícola está longe de ser uma inovação petista, embora alguns jovens desprevenidos até possam acreditar nisso.



Mais uma do governo Federal

Conab subdimensiona recursos de AGF para feijão carioca do Paraná



A Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) informou em 21/05, que estão disponíveis R\$ 20 milhões em recursos para apoiar a comercialização de feijão carioca em todo o Brasil por meio de Aquisições do Governo Federal (AGF).

No Paraná, os preços médios recebidos pelos produtores estão cotados a R\$ 74,33 por saca segundo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Em municípios paranaenses em que o percentual colhido da segunda safra é maior, os preços médios já atingiram R\$ 60,00 por saca para um custo de produção de R\$104,77, conforme a Conab.

A maioria dos produtores de feijão está em pequenas e médias propriedades e necessita de estímulos para dar continuidade ao plantio de outras safras, contribuindo para a redução da inflação, considerando que o feijão é um dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros, logo com grande importância para a segurança alimentar do país.

Desta forma, a necessidade do apoio à comercialização é urgente, mas precisa ser realizada oportunamente e com volume adequado nos meses de junho, julho e subsequentes, se necessário.

No entanto, o volume de recursos alocados pelo governo federal de R\$ 20 milhões já está subdimensionado e atenderá poucos agricultores no Brasil. Esses recursos devem contribuir para aquisição de apenas 210 mil sacas ou 12,6 mil toneladas em todo o país, embora a produção nacional da segunda safra deva totalizar com 1,4 milhão de toneladas. O Paraná, maior Estado produtor, representa 25% da produção nacional e a segunda safra será de 473,9 mil toneladas de acordo com Conab, das quais 60% é feijão carioca.

Há informações de mercado que apenas R\$ 2 milhões serão destinados ao Paraná, equivalente a um apoio de 21 mil sacas ou 1,26 mil toneladas, o que representada 0,25% da produção de 284 mil toneladas de feijão carioca no Estado nessa segunda safra. Esse pequeno volume não viabiliza a operação nos armazéns. Ou ainda, esse valor (R\$ 2 milhões) significa meros 10% do valor anunciado pela Conab (R\$ 20 milhões), ínfimo e incompatível para quem planta e colhe 25% do feijão nacional.

Por isso, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, está solicitando à Conab, a revisão da distribuição desses recursos e ampliação para o Paraná.

Os primeiros adversários

Croácia, México e Camarões enfrentam o Brasil nas oitavas de final



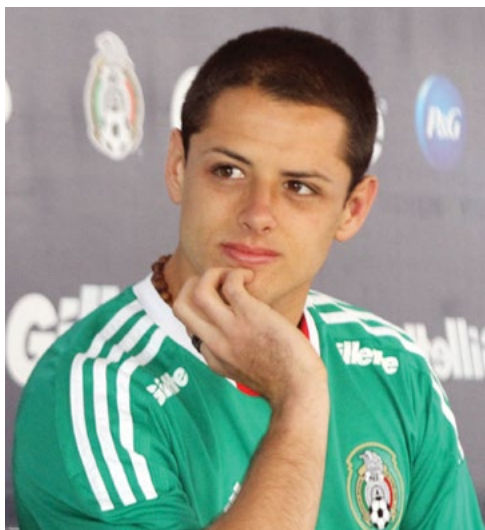
Croácia, a desconhecida

Às 17 horas do próximo dia 12 de junho, no Itaquerão, em São Paulo, Brasil e Croácia abrem a Copa do Mundo 2014. O primeiro adversário do Brasil é um país de 4 milhões e 300 mil habitantes, um belíssimo litoral de 750 km com mais de mil ilhas, ilhotas e praias. Cerca de 10% da população ativa vive da agricultura e da agro-indústria e existem cerca de 450 mil propriedades no país, 67% das quais familiares com menos de 2 hectares. Além da agricultura e do turismo, explora petróleo, gás e carvão. A superfície do país é de 56.594 km² (3,5 vezes menor que a área do Paraná).

A Croácia declarou sua independência em 25 de junho de 1991 – reconhecida internacionalmente apenas em janeiro de 1992. Enfrentou, de 1993 e 1996, uma guerra civil, com o resto da Iugoslávia. Em agosto de 1996, houve um acordo e em 2003 pediu sua entrada na União Europeia, onde tornou-se o 28º país filiado, desde o ano passado.

A seleção | A Croácia jogará sua quarta Copa do Mundo em 2014. Nas três participações anteriores, a melhor campanha foi na estreia, em 1998, quando chegou em terceiro lugar. Ao todo, foram 13 jogos, com 6 vitórias, 2 empates e 5 derrotas, 15 gols-pró e 11 gols-contrá. Antes de 1998, croatas disputaram 8 Copas do Mundo (1930, 1950, 1954, 1958, 1962, 1974, 1982 e 1990) como parte integrante da extinta Iugoslávia. Entretanto, a FIFA e a UEFA consideram a Sérvia como única sucessora da Iugoslávia. Eduardo da Silva (na foto), atacante do Shakhtar Donetsk, 31 anos, um carioca naturalizado croata, foi convocado para a seleção do país que disputará a Copa.

Brasil x Croácia | 12/06/2014 | São Paulo (SP)



México: síndrome das oitavas

A economia mexicana se parece com a brasileira, alterando períodos grandiosos, quando são apontados como países-fenômenos e promissores pela comunidade internacional, com períodos de depressão e de baixo crescimento. A maioria das empresas estatais mexicanas foi privatizada em 1980. No ano de 1993 o México passou a integrar o Nafta (Acordo Norte Americano de Livre Comércio).

Em 1994, o México viveu uma crise econômica, a qual afetou vários países. Tal crise ficou conhecida pelo mundo todo como “efeito tequila”. Em 2000 foi realizada a primeira eleição presidencial do México considerada sem fraudes. Ela foi vencida pelo opositor Vicente Fox, que acabou com os 71 anos de governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Seus 107 milhões de habitantes vivem num país de 1.958.210 km². A diversificada

economia do México e o fato de ser grande produtor de petróleo, faz de sua economia a 13ª maior do mundo, sendo o segundo país mais rico da América Latina, atrás do Brasil. A corrupção e violência com raízes no narcotráfico tornaram-se também um problema sério nos últimos anos. Iguazinho ao Brasil.

A seleção | Ao contrário do Brasil, nas Copas, o México não tem tido sorte. Sua seleção jogou contra a França no primeiro jogo da primeira Copa do Mundo em 13 de Julho de 1930, e se classificou para 14 Copas do Mundo, consecutivamente desde 1994.

Nas Copas, foram três jogos e três vitórias do Brasil sobre o México, com 11 gols marcados e nenhum sofrido. Os mexicanos venceram um amistoso há dois anos, mas a partida aconteceu em meio a um dos piores momentos da gestão fracassada de Mano Menezes. Depois disso, o Brasil de Felipão bateu os mexicanos (2 a 0) de forma inquestionável na Copa das Confederações do ano passado.

O México quer esquecer a dramática classificação para a Copa do Mundo 2014 e concentrar-se em chegar pela primeira vez em 28 anos às quartas de final, mas terá que passar por um difícil Grupo A. Vivem a chamada “síndrome das oitavas de final”. A melhor progressão do México é ter chegado às quartas de final nas Copas de 1970 e 1986, mas ambas foram disputadas em solo mexicano. Seu craque é Chicharito Hernandez (na foto da página anterior), que atua no Manchester United da Inglaterra.

Brasil x México | 17/06/2014 | Fortaleza (CE)



Depende de Eto'o

Com cerca de 20 milhões de habitantes, localizada na costa Oeste da África, a República de Camarões é uma das nações que apresenta maior diversidade cultural daquele continente com 230 grupos étnicos, que falam 250 línguas e dialetos nativos. A nomenclatura do país, Camarões, foi criada pelo navegador Fernando Pó, no século XV, em virtude do Rio dos Camarões.

A independência de Camarões, com área de 475.442 km², (um pouco menor do que a superfície de Minas Gerais), só foi obtida em 1º de janeiro de 1960, após o país ter sido colônia da França e Inglaterra a partir do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O regime é presidencialista, mas pelo jeito o autoritário Paul Biya gostou do poder que exerce desde 1982. De maioria cristã (54%), a população fala o francês e inglês (oficiais) e as principais línguas regionais: fang, balimequê, duala. Tem uma agricultura incipiente, mas os chineses já são parceiros econômicos fortes de Camarões.

A seleção | A Copa do Mundo de 1990 ficou marcada por Camarões, que conseguiu quebrar a monotonia dos rivais e praticar um futebol diferente, alegre e sem temor algum: Camarões. Que os africanos sabiam jogar bola isso todo mundo já sabia. Na Copa de 1982 (Espanha), quando

saíram sem perder nenhum jogo (três empates em três jogos), ganharam o apelido de Leões Indomáveis. Irreverentes, abusados e comicamente irresponsáveis, os africanos jogavam sob a batuta e talento do craque Roger Milla, que sempre entrava no decorrer do jogo e mostrava suas garras. Eles até que jogaram bem na partida de quartas de final contra a Inglaterra, mas os erros de finalização e dois pênaltis bobos decretaram a derrota na prorrogação por 3 a 2. Mesmo com o revés, a equipe africana já havia feito história ao se tornar a primeira do continente a chegar entre as oito melhores seleções do planeta.

Os chamados 'Leões Indomáveis' disputarão sua sétima Copa. Seu técnico é o alemão Volker Finke e o craque do time é Samuel Eto'o (joga no inglês Chelsea), um desagregador fora do campo, criando polêmicas frequentes quando joga com Camarões, mas no gramado ele ainda se mostra um verdadeiro talismã. Pela Copa, o Brasil só joga uma vez contra os camaronenses vencendo por 3 a 0, em 1994, nos Estados Unidos.

Brasil x Camarões | 23/06/2014 17h00 | Brasília (DF)

Pimenta: do campo para a indústria

Em Cambará, Produtores rurais se unem no plantio de pimenta e aproveitam a vizinhança da indústria

Por Katia Santos | Fotos: Fernando Santos



Muita gente não dispensa uma boa pimenta, mais ou menos ardida. E faz tempo, porque quando Colombo descobriu a América e Pedro Álvares Cabral apeou por aqui já encontraram os índios comendo a dita-cuja. Que é uma fruta, parente do tomate, e que pode ser um bom negócio. Foi isso que levou a um grupo de produtores rurais de Cambará, no Norte Pioneiro, iniciar o cultivo e o beneficiamento de pimenta. A proposta busca melhorar a renda, diversificar as atividades com a vantagem de que uma grande indústria - a Yoki Alimentos Ltda/General Mills está ajudando no projeto.

O grupo americano comprou recentemente a marca brasileira, acrescentou seu sobrenome à Yoki alimentos e mantém no país oito fábricas. Em Cambará produz a maior variedade de produtos com cerca de 240 itens (chás, molhos, temperos, batata, milho e doces).

A iniciativa de produzir e beneficiar pimenta tem o tempero do Sindicato Rural de Cambará, a assistência técnica da Emater e

do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), da Prefeitura, Banco do Brasil, da Cambará Projetos, além da Yoki alimentos. “No processo de estruturação da Associação de Produtores Rurais queremos um agricultor que tenha um perfil diferenciado voltado para a gestão e o empreendedorismo”, diz o presidente do Sindicato Rural de Cambará, Aristeu Kazuyuki Sakamoto.

Associativismo

As metas da Associação de Produtores já começaram a sair do papel. Além de iniciar o plantio escalonado de, em média, um hectare por produtor, o grupo alugou um galpão industrial com estrutura para fazer o pré-processamento da pimenta. Nesse local a pimenta será classificada, lavada, seca e triturada, segundo os padrões

da indústria. A mistura será depositada, por camadas, em galões ou bombas com sal grosso e um ingrediente que é segredo da indústria.

Nesse processo de maceração a pimenta ficará no mínimo seis meses e no máximo seis anos. “Nossa ideia é escalar a produção, pois no período chuvoso de dezembro a março não é possível cultivar, e entregar para a indústria após um ano. Assim conseguimos agregar valor à produção, comercializar na melhor época e garantir mais renda ao produtor rural”, explica o líder sindical.

Os produtores vão iniciar a parceria com a indústria produzindo 40 toneladas/ano, embora a Yoki tenha condições de absorver 100 toneladas/ano. A cultivar que está sendo plantada em Cambará é a ‘jalapeña’ das variedades: Jupira, Ibiraba, Ibirajá, Afrodite e Jalapena M. Entre as características dessa variedade está a boa produtividade, grande quantidade de massa; pouca quantidade de semente; ótima coloração e ardência razoável.

Na fase de testes foram cultivadas sementes cujo preço varia de R\$ 26,00 a R\$ 1.500,00 por 50 gramas. A mais cara é a híbrida. “A princípio o produtor pode achar muito caro, mas a compensação ocorre no manejo da lavoura, porque a híbrida exige menos adubação e fungicidas. Por isso essa fase de testes e avaliação é fundamental para o sucesso da proposta”, explica o engenheiro agrônomo e técnico da Emater, Almir Del Padre, que assessora o grupo.

Persistência

O presidente do sindicato, explica que essa não foi a primeira tentativa de cultivar pimenta no município para fornecer para

a indústria, ela aconteceu em 2009. “Conseguimos apoio da FAEP, que viabilizou uma palestra com um pesquisador da Embrapa. Mas percebemos que precisávamos de mais informações para definir uma variedade e um padrão técnico para o plantio. Fomos visitar outras regiões produtoras e buscar mais conhecimento. Daí, visualizamos a necessidade de fazer o primeiro beneficiamento”.

A pimenta é original de regiões quentes e o maior desafio dos produtores é encontrar uma variedade que se adapte bem ao clima da região. “A pimenta gosta de calor, mas não gosta de umidade. Por isso plantamos quatro variedades da jalapeña sendo três híbridas”, informa o técnico da Emater.

Formas de plantio

O agrônomo Del Padre explica que, para definir a variedade e promover a adequação climática é fundamental que o ladar continue seus experimentos na região. Apesar da troca de informações com o engenheiro agrônomo, pesquisador/doutor, Paulo Guilherme Ferreira Ribeiro, do ladar, ser constante, o acompanhamento de uma área experimental no município é fundamental.

O técnico da Emater orientou e acompanhou a primeira safra da pimenta em um hectare. Ele afirma que além das variedades também está testando formas de plantio; em área plana; em canteiros altos; utilizando uma plantadeira de milho adaptada para adubar; usando fertirrigação; fazendo uma poda após a colheita, para incentivar a planta a produzir mais 500 gramas de fruto com as mesmas plantas. “Tudo para otimizar o plantio e promover a redução de custos para o produtor”, diz.



Presidente do Sindicato Rural de Cambará, com Luiz Milani e Antonio Reis da Yoki Alimentos

A maior ameaça no cultivo da pimenta é o fungo Antracnose. Ele se desenvolve em ambientes mais frios e úmidos. No campo esse fungo age como invasor secundário causando lesões resultantes de deficiência de potássio no solo.

Para o pesquisador do Iapar “A pesquisa no local permite identificar as dificuldades, os problemas e aproveitar melhor as características da região. Fazer isso com a participação do produtor e desenvolver uma tecnologia adaptada para essa região, que pode não ser a mesma outra região do Estado. Atender a essa demanda local é contribuir para o desenvolvimento da região”, comenta Ribeiro.

A indústria por perto

O cultivo dos produtores de Cambará também está sendo acompanhado de perto por funcionários da Yoki Alimentos - Luis Milani, engenheiro agrônomo e o supervisor do Setor de Produção de Temperos, Antônio Reis – o ‘Toninho’.

“Temos o maior interesse em comprar a produção dos agricultores daqui, desde que eles atendam nossos padrões de qualidade e sanidade. Para nós será estratégico e ainda conseguiremos uma redução de custos com logística e transporte. Hoje compramos pimenta que é produzida em São Paulo e na Bahia”, comenta Milani.

Por conta dessa parceria os funcionários acompanharam uma visita técnica na plantação e o beneficiamento do primeiro lote parcial de 120 caixas. “Se a pimenta produzida aqui tiver a qualidade que precisamos temos condições de absorver 40 toneladas mês. Pelo que acompanhamos acho que vai dar certo. Os produtores estão se esforçando para cumprir nossas exigências e o produto que está

saindo da lavoura é de boa qualidade. Os equipamentos adquiridos para o processamento também foram aprovados”, avalia Antônio, o profissional que reúne mais de 46 anos de experiência no ramo de temperos.

O doce e a ardida

Uma das produtoras que aderiu ao grupo de produtores empreendedores é Mônica Cristina Zambon Holzmänn, 49 anos. Ela vem produzindo, processando e comercializando açúcar mascavo desde 2000. No início eram cinco mil quilos hoje está na marca dos 90 mil quilos/mês e a meta é chegar ainda esse ano a 110 mil quilos/mês. Com essa experiência com o mascavo, ela constata que “o início deste processo de beneficiamento é complicado para o produtor rural, mas aprendemos muito com nossos erros, e crescemos. Acredito que para o produtor rural é fundamental processar a matéria-prima para agregar valor à sua produção”, afirma.

Sem abrir mão da qualidade e de um processo ainda artesanal no trato do açúcar mascavo, Mônica fornece para vários clientes entre eles Charlotte Pães, Invest Alimentos S/A e AC Alimentos e Condimentos Todeschini, todos de Curitiba e Região.

Ela foi uma das produtoras que participou das palestras técnicas oferecidas pelo Sindicato Rural de Cambará entre elas a do pesquisador do Iapar, Paulo Guilherme Ferreira Ribeiro.

“Participar da palestra e conhecer a lavoura foi fundamental para que eu tomasse a decisão de participar do grupo. Tirei minhas dúvidas e ouvi muitas informações técnicas que me deram segurança de entrar nessa jornada. É difícil, mas ao mesmo desafiador”, finaliza.



Produtora Rural e empresária Mônica Holzmänn

Santo remédio

O pesquisador do Iapar Paulo Guilherme Ferreira Ribeiro estuda a produção de pimenta no Paraná há 25 anos. E também escreveu o livro “Plantas aromáticas e medicinais – cultivo e utilização” em parceria com o médico Rui Cépil Diniz.

Ele explica que a substância que causa o ardume tem uma ação termo gênica, que causa uma sensação de calor que faz com que o corpo ative todo um processo para minimizar essa sensação. Isso ativa uma série de processos fisiológicos benéficos como aumentar o consumo de energia onde a pessoa aumenta o gasto calórico e emagrece.

Segundo ele o consumo frequente de pimenta melhora a memória e o processo de aprendizagem. A pimenta tem ação anti-oxidante que previne a ação de substâncias chamadas radicais livres. A pimenta é fonte importante de vitaminas A, B, C, D, do complexo B e minerais como Potássio, Magnésio e Cálcio. E ainda dos complexos carotenoides, que são responsáveis pela proteção da pele, por fixação de cálcio nos ossos que é fundamental para se evitar o raquitismo ou fraturas em pessoas idosas. Tem gente espalhando que até ajuda a emagrecer. Santo remédio.



Dores nas articulações?

Pimenta nelas

Há sete anos o pesquisador do Iapar, em parceria com o casal de farmacêuticos, Rosângela e Valdomiro Chammé, de Londrina, desenvolveu uma pomada a base de pimenta. O medicamento é receitado para a população de que utiliza os serviços de uma unidade de saúde municipal, que substitui medicamentos alopáticos por fitoterápicos sempre que possível.

A pomada, segundo Rosângela é feita com um blende do princípio ativo capsaicina, presente nas pimentas mais ardidas como a jalapeña. “Essa substância também está presente em outros medicamentos como, por exemplo, o emplastro de Sabiá. A pomada de pimenta também pode ser usada, (com orientação médica), para artrose, artrite, contratura muscular e até herpes óssea (quando o tecido não está aberto)”, comenta.

Segundo Valdomiro a capsaicina diminui a condução da dor pelos terminais nervosos e ativa a circulação sanguínea no local onde é aplicada. “Esse processo também é chamado de chave e fechadura, onde o princípio ativo ocupa o espaço nas terminações nervosas causando alívio aos pacientes que sentem muita dor”. Outra indicação citada pelo farmacêutico e fisioterapeuta a um paciente que tem dificuldades de aquecer os pés à noite, aplicar a pomada na sola dos

pés também deu resultado. Mas ele alerta que a aplicação tem que ser feita com a utilização de luvas.

Quem tiver interesse em adquirir a pomada produzida com o princípio ativo da pimenta pode fazer contato com a farmácia via telefone (43)3324-1819, ou por email droganorte@droganorte.com. A entrega é feita via correios.



Ágide em Ivaiporã

Presidente da FAEP aborda em reunião do Núcleo questões econômicas e políticas



Na última quinta feira (22), o presidente da FAEP, Ágide Meneguette participou da reunião do Núcleo Sindical do Vale do Ivaí, em Ivaiporã, no centro-norte paranaense. O Núcleo, presidido por Lourival Roberto da Silva de Goes, de Ivaiporã, reúne os sindicatos rurais de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Engenheiro Beltrão, Manoel Ribas, Nova Cantu, Palmital, Pitanga, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, além de Ivaiporã e o encontro serviu para um balanço das atividades voltadas aos interesses dos produtores rurais. Em seu pronunciamento aos dirigentes sindicais, o presidente da FAEP fez um relato das atividades que a entidade vem desenvolvendo, citando as propostas encaminhadas para o Plano Agropecuário (PAP) - 2014/2015, que infelizmente aumentou os juros (veja pg 4); o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com treinamento de funcionários dos sindicatos (veja pg 3) e os mecanismos de pressão e negociações da FAEP junto ao poder público, abordando vários setores do agronegócio.

Ágide, além disso, lembrou que este ano tem um grande diferencial para os brasileiros, e não é a Copa do Mundo, mas as eleições que vão renovar Assembleias, o Congresso, eleger os novos governadores do Estado e principalmente a Presidência da República. Ele fez um relato dos sérios problemas que o país vem enfrentando. A segurança jurídica, ameaçada por invasões do MST (veja pg 10), de índios ou quilombolas; as liberdades, principalmente de imprensa, básica na democracia e também ameaçada por propostas de regulação; medidas econômicas “criativas” que escondem os verdadeiros números negativos; além das desventuradas infraestrutura e logística, recheadas de anúncios, mas vazias de realizações. “Nós temos que ter consciência de que país queremos a partir do ano que vem”, disse, sob aplausos.



Heinze preside Frente Parlamentar

A nova diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tomou posse na última terça-feira, dia 20, em Brasília. Constituído por senadores e deputados federais, a Frente tem uma intensa atuação no acompanhamento, discussões e decisões das políticas públicas e mecanismos de fomento para a agropecuária brasileira. O deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) foi eleito presidente da FPA. “A frente é uma associação que trabalha em defesa de uma igualdade de direitos para os produtores e demais envolvidos nessa área. Buscamos sempre defender esse setor que tem sido umas das principais bases da economia do Brasil”, disse ele, durante a posse. Segundo o presidente da FAEP, “a Frente tem dados nítidas demonstrações em defesa da agropecuária e com o deputado Heinze seguramente esse perfil terá continuidade”.



Foto à esquerda:

Angélica Oliveira
Barbosa Ferraz - PR

Foto abaixo:

Denise Nunes Carneiro
Ivaté - PR



Notas

Casa em Ordem ajuda produtor a cumprir legislação

Para orientar os produtores paranaenses a cumprir corretamente a extensa legislação referente à propriedade e à produção rural, a FAEP realiza até o mês de setembro uma série de palestras do programa Casa em Ordem no interior do Estado.

Ao todo são 40 palestras em todo Paraná, nas quais o engenheiro agrônomo e consultor da FAEP, Dalton Rasera ajudará os participantes a desbravar este imenso cipoal legal, composto por leis, normas, decretos, instruções normativas e outros dispositivos que ajudam a tornar a legislação brasileira uma das mais complexas e burocráticas do mundo. Em junho estão previstas palestras nos municípios de União da Vitória (dias 03,04 e 05), São Jorge do Patrocínio (dia 10), Mangueirinha (dia 14), Marialva (dia 16), Cruzeiro do Oeste (dia 18), Alto Piquiri (dia 18), Rondon (dia 21), Campina do Simão (dia 24) e General Carneiro (dia 27). Consulte o Sindicato Rural da sua região e participe!

Prêmio MPT Jornalismo

Estão abertas, até o dia 31 de julho, as inscrições para o Prêmio MPT de Jornalismo. Serão aceitos trabalhos veiculados entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de julho de 2014. Jornalistas, radialistas, cinegrafistas, fotógrafos e blogueiros podem inscrever até três trabalhos. São oito categorias: jornal impresso, revista impressa, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, fotojornalismo, prêmio especial “Fraudes Trabalhistas” e menção honrosa de repórter cinematográfico.

O prêmio vai distribuir R\$ 360 mil aos vencedores e é uma promoção do Ministério Público do Trabalho (MPT). Na fase regional, cada vencedor receberá R\$ 5 mil. Na fase nacional, a premiação será de R\$ 15 mil, com exceção da menção honrosa de repórter cinematográfico, que será de R\$ 10 mil, e do prêmio especial “Fraudes Trabalhistas” de R\$ 45 mil. O regulamento completo você confere no site www.premiomptdejornalismo.com.br.

ABATIÁ



JAA

Em 12 de maio a turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) organizada pelo Sindicato Rural de Abatiá, participou de uma visita técnica na propriedade do produtor rural Issamu Higa. A propriedade, que fica no mesmo município se especializou em horta orgânica. A visita foi coordenada pela instrutora Lidiane Braga.

GUARAPUAVA



Dia do Zootecnista

Na manhã do dia 13 de maio, o Sindicato Rural de Guarapuava realizou a segunda edição do Café da Manhã do Dia do Zootecnista. O encontro foi uma homenagem aos profissionais que atuam nesse segmento no município. No Brasil, a data é comemorada em alusão ao início do primeiro curso superior de zootecnia do país, em 1966. A regulamentação da profissão ocorreu dois anos depois.

CAMPINA DA LAGOA



Manejo e ordenha

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - Manejo e Ordenha, no período de 05 a 09 de maio. Participaram do curso 13 produtores de leite com o instrutor Cristiano Leite Ribeiro.

MANDAGUAÇU



Conservas e molhos

O Sindicato Rural de Mandaguçu promoveu dois cursos de Produção Artesanal de Alimentos - Conservação de Frutas e Hortaliças – Conservas, Molhos e Temperos. O primeiro foi realizado na extensão de base de Ourizona, nos dias 05 e 06 de maio. O segundo em Mandaguçu, nos dias 07 e 08 de maio, ambos com a instrutora Cleidimar Rocha de Oliveira, em parceria com a Assistência Social dos municípios de Mandaguçu e Ourizona.

ORTIGUEIRA



Motosserra

O Sindicato Rural de Ortigueira realizou, no período de 12 a 16 de maio, o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores. Participaram do curso trabalhadores rurais da região de Ortigueira com o instrutor Roosevelt Mendes Ferreira.

REALEZA



Plantas medicinais

Entre os dias 09 e 11 de abril, o Sindicato Rural de Realeza em parceria com a Pastoral da Criança, realizou o curso de Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Participaram do curso 10 produtoras rurais com o instrutor Claudio Holstein.

SÃO JOÃO



Armazenista

No mês de abril o Sindicato Rural de São João realizou dois cursos: o primeiro foi o de Armazenista realizado em parceria com a COASUL, com carga horária de 40 horas, no período de 22 a 26, com o instrutor Pedro Felipe Kastel. O segundo curso foi de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris inclusão digital - 16 horas. As aulas aconteceram nos dias 29 e 30, com o instrutor Vítor Arlindo Camozzato.

SÃO JORGE D'OESTE



Comunicação

O Sindicato Rural de São Jorge D'oeste organizou a primeira turma do curso Gestão de Pessoas - Comunicação e Técnicas de Apresentação, na comunidade rural Linha Consoladora. As aulas aconteceram nos dias 12 e 13 de maio com a participação de 16 produtores e produtoras com a instrutora Letícia Silveira.

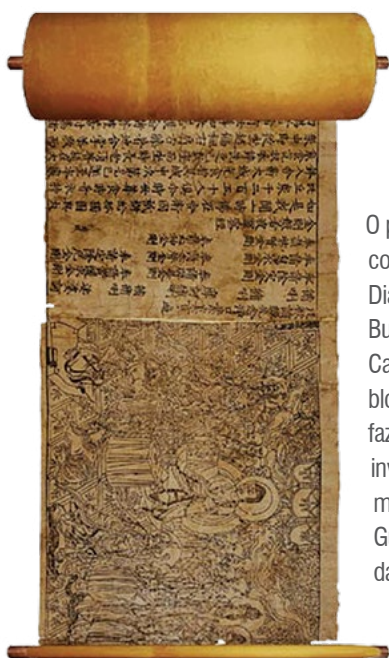
Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Rapidinhas

- A Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, é o maior bloco de pedra à beira-mar do mundo.
- Lembre ao teu chefe que no Egito antigo, o pão e a cerveja serviam para pagar salários. Um dia de trabalho valia três pães e dois vasos grandes de cerveja.
- A Acta Diurna é considerada o Jornal mais antigo (Roma, 59 a. C.). No século 17, os jornais ganharam a forma atual. O Correio Brasiliense (1808) foi o primeiro jornal a circular no Brasil.



Primeirão

O primeiro livro impresso conhecido é uma cópia do Diamond Sutra (Discursos de Buda), de 868, feito na China. Cada letra foi entalhada em bloquinhos de madeira para se fazer a impressão. Depois da invenção da imprensa de tipos móveis, o alemão Johannes Gutenberg imprimiu 300 cópias da Bíblia, em latim, em 1454.



É verdade...

O abacate é originário do continente americano. Os astecas já cultivavam a fruta antes do descobrimento da América. Por sinal, o nome abacate veio de ahucatl (que significa testículo - analogia com a sua forma). Existem mais de 500 variedades de abacate. Aiiii!!!

Banho quente

A águas do mar mais quentes do planeta ficam nas Filipinas, Indonésia, Brunei e Timor Leste, e passam dos 30°C. Em Moçambique, entre o leste africano e a Ilha de Madagascar. Atingem temperaturas acima de 27°C. No sudeste do Brasil, por exemplo, a temperatura média é de 24°C.



Os principais

Três elementos químicos formam, juntos, mais de 80% dos átomos da Terra: 49,78% - Oxigênio, que domina a superfície do planeta e está presente na água, em rochas e no ar. O Ferro (16,78%) - principal elemento químico do núcleo da Terra e o Silício com 14,64% - encontrado nas areias que margeiam e cobrem o fundo dos oceanos.

Mapa-Mundi

A primeira imagem que retrata o mundo como o conhecemos hoje é do cartógrafo alemão Martin Waldseemüller (1475-1522). Dividia a Terra entre Oriente e Ocidente e foi feita em abril de 1507, 15 anos depois da chegada dos europeus ao continente americano. O mapa de Waldseemüller foi o primeiro a utilizar o termo “América” e estava baseado nos desenhos de Ptolomeu (90-168 d.C.), cientista grego considerado o pai da cartografia.



O rei e as mulas

As mulas eram os meios de transporte mais usados no Brasil Colônia. Mas o rei de Portugal dom José I, em 19 de junho de 1761, decretou que estava proibida a criação de mulas em território nacional, argumentando que provocavam a baixa venda de cavalos, ameaçando a criação destes. A lei não pegou. Tanto é verdade que você pode dar um olhada em volta, comprovando que elas proliferaram na forma de bípedes.

Gosto pra tudo

Os mexicanos comem gafanhotos cozidos. Eles são comidos com sal, limão e pimenta, ou na tortilla. Aliás, essa espécie “apetitosa” de gafanhoto é chamada por lá de chapolim.



Moskit

O míssil Moskit, desenvolvido na década de 1980 pelos russos para combater destróieres americanos, é o mais veloz do mundo. Ele é considerado o campeão de destruição por atingir cerca de 3.600 km/h! É mais que os americanos Patriot (3.000 km/h), Tomahawk (880 km/h), o francês Exocet (1.138 km/h) ou o russo Scud (800 km/h). Quando se fala em mísseis a velocidade é um critério determinante para definir seu poder arrasador.

E o Piranha

O míssil brasileiro Piranha, da FAB, é acoplado em caças e viaja a 2.690 km/h. Seu funcionamento começa com a mira do próprio piloto. Em uma tela, ele visualiza o avião inimigo, “trava” o alvo e manda bala, digo, míssil.



Travesseiro de patritota

André de Albuquerque Maranhão, o Senhor de Cunhaú, fidalgo e cavaleiro, liderou um movimento pela Independência em Pernambuco e R. Grande do Norte. em 1817. Foi preso, julgado e na cela escura recebeu pedra no lugar de travesseiro, pois “é o que merecem os patriotas”. Foi assassinado na prisão. Não se sabe se a arma do assassino foi o travesseiro na forma de bípedes.



O PEIXE BOI DA AMAZÔNIA

Olhe na foto a cara e o jeito dele, feio, mas simpático e dócil.

Pois ele é o menor dos peixes-bois existentes no mundo, alcançando um comprimento de 2,8 a 3,0 m e pesando até 450 kg. A maioria dos indivíduos tem uma mancha branca na região ventral. Esta característica, juntamente com a ausência de unhas nas nadadeiras peitorais, ajuda a distingui-lo do peixe-boi marinho e do africano.

É o maior mamífero de água doce e o maior herbívoro de água doce sul-americano, pode alcançar até três metros de comprimento e pesar cerca de 500 quilos. Sendo herbívoro, alimenta-se de plantas aquáticas e semi-aquáticas, um adulto pode comer até 25 kg de plantas por dia. Vive até 60 anos, preferindo águas com temperaturas acima de 23°C e sua reprodução começa a partir dos 10 anos de vida.

Um animal adulto pode ficar até 30 minutos sem subir para a superfície para respirar, enquanto que os bebês sobem com mais frequência. Cada fêmea de peixe-boi tem apenas um filhote por gestação de 12 meses. As fêmeas atingem a maturidade sexual após os seis anos de idade e amamenta-o por no mínimo dois anos. O

intervalo entre nascimentos é de pelo menos três anos, o que revela baixa taxa reprodutiva, dificultando ainda mais a recuperação das populações.

Os peixes-bois são também importantes, porque fertilizam a água dos rios com os nutrientes encontrados em sua urina e fezes. Esses nutrientes são liberados para o fitoplâncton, que é a base da cadeia alimentar aquática. Além disso, contribuem para o controle biológico de plantas aquáticas.

Apesar de protegido pela legislação brasileira desde 1967, o peixe-boi da Amazônia está vulnerável à extinção, segundo as listas da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN).

Algumas instituições, como o INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, abrigam mais de 100 animais, inclusive órfãos, que na maioria das vezes foram resgatados muito debilitados e que depois de tratados são devolvidos ao seu ambiente natural. O peixe-boi é uma das cinco espécies de mamíferos aquáticos da região que, além dele, comporta a ararinha, a lontra neotropical, o boto vermelho, o tucuxi. Generosidades da natureza amazônica.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br